



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEXTA CÂMARA**

Processo nº. : 10680.006652/98-22
Recurso nº. : 119.222
Matéria: : IRPF - Ex(s): 1995
Recorrente : NERY FERREIRA
Recorrida : DRJ em BELO HORIZONTE - MG
Sessão de : 25 DE MAIO DE 2001
Acórdão nº. : 106-11.991

RECURSO AO PODER JUDICIÁRIO - EXCLUSIVIDADE DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - MATÉRIA PREJUDICIAL - O simples ingresso de medida judicial não é suficiente para implicar a renúncia da esfera administrativa, que é exclusiva. Entretanto, tratando-se de matérias intimamente ligadas ou até prejudicial de uma para com a outra, a discussão da precedente no Poder Judiciário demonstra a renúncia do procedimento administrativo.

Recurso não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por **NERY FERREIRA**.

ACORDAM os Membros da Sexta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, maioria de votos, NÃO CONHECER do recurso por opção pela via judicial, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Vencidos os Conselheiros Sueli Efigênia Mendes de Britto (Relatora), Thaisa Jansen Pereira e Luiz Antonio de Paula. Designado para redigir o voto vencedor o Conselheiro Edison Carlos Fernandes.

~~JACY NOGUEIRA MARTINS MORAIS~~
~~PRESIDENTE~~

EDISON CARLOS FERNANDES
RELATOR DESIGNADO

FORMALIZADO EM: 16 NOV 2001

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10680.006652/98-22
Acórdão nº. : 106-11.991

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros ROMEU BUENO DE CAMARGO, ORLANDO JOSÉ GONÇALVES BUENO e WILFRIDO AUGUSTO MARQUES.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10680.006652/98-22
Acórdão nº. : 106-11.991

Recurso nº. : 119.222
Recorrente : NERY FERREIRA

R E L A T Ó R I O

NERY FERREIRA, já qualificado nos autos, apresenta recurso objetivando a reforma da decisão do Delegado da Receita Federal de Julgamento em Belo Horizonte.

Nos termos do Auto de Infração de fls. 1/3, exige-se do contribuinte imposto de renda - suplementar - pessoa física, pertinente à Declaração de Ajuste Anual do exercício de 1995, no montante de R\$ 14.184,96 mais multa de ofício e respectivos acréscimos legais.

Tempestivamente, sua procuradora (fl. 40), apresentou impugnação de fl. 16/39, cujos argumentos leio em sessão.

A autoridade julgadora de primeira instância manteve a exigência em decisão de fls. 64/69, sob os seguintes fundamentos, em síntese:

- Preliminarmente, cumpre esclarecer que, com a decisão DRJ – BHE nº 11170.0789/98-12, o lançamento foi anulado por vício formal, sem análise do mérito. Isso quer dizer que os documentos apresentados nem mesmo foram analisados.

- A declaração de nulidade não impede a correta formalização da exigência, mediante lavratura de novo ato;

SB 21

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº. : 10680.006652/98-22
Acórdão nº. : 106-11.991

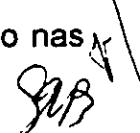
- O inciso II do art. 173 da lei nº 5.172, de 25/10/1966 – C.T.N, ao tratar da decadência, prevê que o direito da Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após cinco anos, contados da data em que se tornar definitiva a decisão que anular por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado. Assim sendo, não há o que se falar em decadência.

- Quanto à tese de base de cálculo apurada pelo fisco, estabelece o art. 3º, §2º, inciso IV, da Instrução Normativa SRF nº 094, de 0/11/94, que no comprovante de rendimentos, relativo ao exercício de 1995, deverá ser informado como rendimento tributável apenas a soma de 1.000 UFIR mensais, computada a partir do mês que o contribuinte completar 65 (sessenta e cinco) anos, pago pela Previdência Social da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou por qualquer pessoa de direito público interno. Constata-se, da análise do comprovante de rendimentos (fl.29, processo apenso), que o valor dos rendimentos tributáveis, já excluídas 13.000 UFIR relativas à parte isenta, é de 78.335,40 UFIR, tal qual lançado.

- Com relação à multa de ofício, há de se destacar, primeiramente, na lide judicial proposta pelo suplicante, o fato de que a medida liminar foi concedida em ação cautelar. Ressalte-se ainda, que os casos de suspensão de exigibilidade do crédito tributário são apenas aqueles elencados no art. 151 do CTN, que deve ser interpretado restritivamente. Não havendo suspensão da exigibilidade e considerando a determinação contida no art. 63 da Lei nº 9.430/96, a multa de ofício foi corretamente aplicada.

- Relativamente aos juros de mora, nos termos do art. 5º do Decreto-lei nº 1.736/79: "os juros de mora serão devidos, inclusive o período em que a respectiva cobrança houver sido suspensa por decisão administrativa ou judicial";

- No tocante à não incidência do imposto de renda, tendo em vista que o contribuinte discute no judiciário o objeto de autuação, com fundamento nas



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10680.006652/98-22
Acórdão nº. : 106-11.991

Disposições contidas no Ato Declaratório Normativo nº 3 da COSIT, deixo de conhecer as contra-razões apresentadas de fls. 1/3.

Cientificado, na guarda do prazo legal, protocolou o recurso de fls. 85/100, argumentando, preliminarmente que, nos termos do atestado médico em anexo, o recorrente encontra-se com quadro de senilidade com hipoacusia bilateral + DPOC com fraqueza muscular e tremor de extremidade impossibilitado de dormir e, ainda, lombologia com deformidade das vértebras L1, L2, L3 e acratalato do corpo L1.

Após relatar os fatos que deram origem ao lançamento argumenta, em resumo que:

Ao declarar nulo o lançamento efetuado pela Notificação de 1996, sobre fatos geradores ocorridos em 1994, por erro, vício formal, advindo da própria e D. Delegacia, todos os efeitos que adviriam da Notificação nº 10680.002329/96-63, ficaram também aqui, nulos.

Transcreve lição de Clóvis Bevílaqua, *in* "Instituições de Direito Civil sobre nulidade", para afirmar que, ao anular a notificação, a autoridade julgadora singular voltou ao *dies a quo*, portanto, incabíveis a multa de ofício e os juros de mora, apurados desde 1994.

Copiando outro trecho da obra, acima citada, insiste que o prazo para cobrança do crédito tributário foi atingida pela prescrição.

Quanto à multa de ofício e juros de mora, transcrevendo, lição doutrinária, decisão judiciária e decisão administrativa da DRJ-BH, defende, que a incidência de multa e juros de mora somente poderá ocorrer a partir da constituição do crédito tributário em julho de 1998.

Silv 21

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10680.006652/98-22
Acórdão nº. : 106-11.991

Discorre sobre a série de erros administrativos cometidos pela DRF, haja visto a cobrança da antiga Notificação de 1993, sem julgamento na esfera administrativa; a nova cobrança de 1996, a nulidade da mesma.

Afirma que o imposto lançado é sobre proventos cuja natureza é alimentar.

Copia lições doutrinárias sobre “capacidade contributiva” e decisão judiciária, para, em seguida, defender que o art. 153 § 2º, II da C.F de 1988, à ausência de indispensável lei complementar, há que ser interpretado como dispositivo constitucional de eficácia incontida, sem qualquer vinculação à Lei nº 7.713/88, inconstitucionalmente editada, conforme argumentação contida na Apelação Civil nº 92.04.26038-6/PR.

Conclui, explicando que no presente caso, primeiro é necessário analisar se a Lei nº 7.713, veio a regulamentar o art. 153 § 2º, inc. II, para depois, analisar a característica imunizante do mesmo artigo.

Finaliza, pedindo:

- que sejam aceitas as preliminares de nulidade do lançamento e do reconhecimento dos efeitos de decadência;
- exclusão da multa de ofício e que os juros de mora sejam cobrados a partir de 28/07/98, data da constituição do Auto de Infração;
- decretação da extinção do lançamento, com o consequente arquivamento do processo.

Foi juntada às fls. 111/115 cópia da decisão DRJ-BHE proferida no processo nº 11170.2463/98-12. 

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10680.006652/98-22
Acórdão nº. : 106-11.991

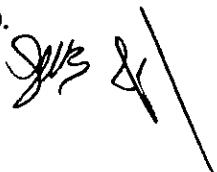
Os membros dessa Câmara, na sessão de 14/09/99, por unanimidade de votos, decidiram não conhecer do recurso, por estar comprovado pelos documentos de fls. 73, 83 e 84, que o valor depositado era menor que 30% do crédito tributário, valor mínimo exigido por lei.

Não comprovado o recolhimento do crédito tributário exigido, o processo nº 10680.002329/96-63 (despacho de fl. 41) foi apensado e em 27/04/2000, os autos foram encaminhados à Procuradoria da Fazenda Nacional (fls. 127 e 133).

Examinados os autos apensados, constata-se que em 11/08/2000, o presidente do Primeiro Conselho de Contribuintes foi comunicado, por meio do Ofício nº 144/GAB/PCC-MF da liminar concedida pela Juíza Federal da 7ª Vara-Seção Judiciária do DF, dispensando o contribuinte da obrigatoriedade de complementar o valor pertinente ao depósito administrativo, sob a justificativa de que o equívoco foi do órgão administrativo que orientou o cálculo do valor a ser depositado.

Nos termos do despacho de fl. 223, verso, do processo apenso, a inscrição na dívida ativa foi cancelada, e o processo novamente encaminhado a essa Câmara.

É o relatório.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10680.006652/98-22
Acórdão nº. : 106-11.991

V O T O V E N C I D O

Conselheira SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO, Relatora

O recurso é tempestivo e deve ser conhecido por força da liminar concedida pela MMa. Juíza da 7ª Vara- Seção Judiciária do DF, que determinou seu prosseguimento com depósito administrativo menor que o valor mínimo fixado em Medida Provisória nº 1621/97 e suas edições posteriores.

O recorrente discute no âmbito judiciário o direito a imunidade de seus proventos de aposentadoria. Aqui pleiteia o cancelamento do lançamento formalizado pelo Auto de Infração de fl.1.

Como o que for decidido no processo judicial, por ter efeito de coisa julgada, afeta o destino do imposto de renda lançado, que é o tema principal do litigioso administrativo, neste momento, o exame do lançamento, pelos membros desta Câmara, fica restrito a preliminar e no mérito à aplicação da multa de ofício e a incidência dos acréscimos legais.

Quanto ao reconhecimento de isenção dos proventos de aposentadoria em função de moléstia grave, registro que a matéria a ser analisada neste processo é a consignada no auto de infração de fls. 1 a 4, além do que, o recorrente já optou por discutir imunidade e/ou isenção na esfera judicial, o que faz administrativamente, neste aspecto, que o lançamento seja considerado definitivo.

Considerando que os argumentos consignados, por sua procuradora, em grau de recurso, são reprises daqueles expendidos em seu

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10680.006652/98-22
Acórdão nº. : 106-11.991

expediente impugnatório (fls. 16/39) e que a autoridade julgadora “a quo” justificou sua decisão em consonância com a legislação tributária, adoto, na íntegra, os argumentos por ela registrados.

Independentemente disso, esclareço ao recorrente que anulada a notificação de lançamento, o prazo que tem inicio é de decadência do direito de lançar e não de prescrição que é pertinente a ação de cobrança.

Da decisão que declarar a nulidade do lançamento por vício formal, como já frisado pela autoridade singular, o sujeito ativo do tributo tem cinco anos para refazê-lo (C.T.N, art. 173, II).

Com relação ao segundo pedido da recorrente (fl.101), ratifico o argumento já registrado pela autoridade julgadora singular e transscrito no relatório, no sentido de que tanto a multa de ofício, quanto as taxas de juros calculadas pela autoridade fiscal estão em perfeita consonância com os dispositivos legais aplicáveis as espécies.

Relativamente, a decisão da DRJ- BHE n.º 11170.2463/98-12, cópia anexada às fls. 111/115, e às jurisprudências judiciais indicadas, nos termos do art. 100 do CTN, por lhes faltarem caráter normativo, não vinculam o entendimento nos demais processos administrativos.

Explicado isso, voto por rejeitar as preliminares, para no mérito negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões - DF, em 25 de maio de 2001


SUELI EFICIÊNCIA MENDES DE BRITTO

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

Processo nº. : 10680.006652/98-22
Acórdão nº. : 106-11.991

V O T O V E N C E D O R

Conselheiro EDISON CARLOS FERNANDES, Relator Designado

Inicialmente, é conveniente que se esclareça que o simples ingresso de medida judicial para discutir matéria próxima a outra em análise perante os órgãos administrativo não implica, por si só, a renúncia dessa segunda esfera de decisão.

Entretanto, nas situações em que a questão levada ao Poder Judiciário é prejudicial àquela sob apreciação do Tribunal Administrativo, como é o caso dos autos, em que, reconhecida a imunidade na esfera judicial, estará afastado o auto de infração, não é possível conciliar-se o prosseguimento dos dois feitos (judicial e administrativo).

Considerando que o procedimento administrativo é exclusivo, resta, a esse órgão, considerar que houve renúncia dessa esfera administrativa, e em consequência não conhecer do presente Recurso Voluntário.

Sala das Sessões - DF, em 25 de maio de 2001.


EDISON CARLOS FERNANDES